

EDUCARE

Ano V - Nº 6 - Junho de 1999

ISSN nº 0873-0504

EDUCERE



ÉTICA E ESTÉTICA NA EDUCAÇÃO



Revista da Escola Superior de Educação

ÉTICA E VALORES. ORIENTAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

*Ernesto Candeias Martins**

RESUMO

Numa perspectiva ética e axiológica o autor pretende, no seguimento de outros estudos, reflectir sobre o modo de entender as relações do homem com o seu meio. Assim, trata de pontualizar duas classes de ética vigente e dar alguns pressupostos de uma educação para os valores. Noutro ponto, aborda a educação ambiental desde a perspectiva ético-moral e axiológica, terminando com algumas orientações pedagógicas para a prática de uma educação ambiental numa perspectiva formal ('Projecto - Escola'). Como incutir na prática e desde a escola uma educação ambiental que oriente os educandos para actuações de protecção e preservação da natureza ? Esta é a nossa pretensão: justificar um modo distinto de defesa da natureza, de entender e praticar a educação ambiental, enquadrada na pedagogia dos valores.

0. PREÂMBULO

Nós, os humanos, quando reflectimos e, por isso, nos convertemos em pessoas, temos uma base de reflexão sobre o que é a ética. Entendemos por ética o espaço de procura e articulação de formas válidas de vivências e de convivências, ocupando-se dos nossos actos, das nossas acções, do nosso comportamento (dimensão individual e social) (Aranguren, 1958). Na linguagem vulgar, no sentido quotidiano, falar de 'ética' implica referir-se aos comportamentos das pessoas, cujo agir é classificado de 'ético', 'pouco ético', 'falta de ética', etc. Deste modo, a referência à existência humana concreta, em plenitude e em totalidade, vai desde o núcleo constitutivo do sujeito até às suas manifestações operativas. A ética não se limita a informar sobre as coisas (descrição), considera-as como humanamente formativas, resultando delas uma vida justa, boa, digna de ser vivida.

Entendemos, assim, por ética o '*dar razão da vida boa*' ou o juízo das acções humanas regulado pela norma do bem, da rectidão e da justiça. O campo da acção humana, o domínio da moral ou do ético, remete etimologicamente para os '*costumes*', admitindo outros tipos de

* Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco

consideração, por exemplo, estes dois: uma *consideração descritiva* que implica uma ciência dos costumes e que abrange diversas ciências empíricas do homem (etnografia, antropologia cultural, sociologia, etc.); e uma *exortação à prática de uma vida moral*, uma actividade moralizante. Esta dupla cara é o que tem que ver com a ética. Parece que ela intenta compreender e fundamentar a acção humana (Etxeberria, 1995; Singer, 1979).

Por outro lado, a axiologia, isto é, a filosofia dos valores trata dos valores em si mesmos e dos chamados juízos de valor. A essência dos valores está em serem valiosos para o ser humano. Daí que o 'valor'¹ não depende das apreciações subjectivas individuais, mas da estimativa, da polaridade e da reacção do sujeito que o estima, pois há valores que estimamos mais que outros. Nessa tríplice acção humana de realização, descoberta e incorporação dos valores reside a importância pedagógica e, por isso, devemos falar da educação como realização de valores e de uma pedagogia de valores. O descobrimento, a incorporação e a realização de valores (positivos) constituem três pilares básicos da tarefa educativa dos agentes ou agências educativas.

A humanidade sofreu e continua a sofrer uma profunda mudança. É uma etapa nova à qual nós, os educadores, já que vão emergindo valores, devemos estar atentos e dispostos a modificar a nossa forma de actuar. Essas mudanças afectam o nosso quotidiano (desemprego, nacionalismos e fundamentalismos radicais, bolsas de pobreza relativa e absoluta, agressividade e violência, poluição e deterioração do planeta, falta de solidariedade, intranquilidade, falta de expectativas, desorganização familiar, violação dos direitos fundamentais, etc. etc.). A palavra de ordem para o novo milénio é a da participação na construção de formas de vida que tenham em conta o homem e a natureza envolvente. Exige-se mais solidariedade, tolerância, justiça e outros valores éticos mínimos (responsabilidade, sinceridade, diálogo, confiança, auto-estima, amizade, respeito, paz, cooperação e partilha), de modo a acreditarmos na dignidade humana, tendo em conta as relações do ser humano e o seu meio e lutarmos para eliminar tudo o que actualmente signifique caos e violência.

O problema dos valores tem vozes discordantes nos países europeus, já que a dimensão axiológica da educação implica, na União Europeia, algo mais que aspectos e medidas económicas e políticas. A própria UNESCO está preocupada pela educação, pela ciência e pela cultura, não estando desligada do tema dos valores (incluindo os ambientais e culturais), tal como ficou expresso na sua Acta de Constituição (Preâmbulo) (UNESCO, 1992).

Evidentemente que surge a necessidade de inserir na escola uma pedagogia dos valores (integração nos currículos de formação inicial), que possibilite às novas gerações orientarem-se para o 'valor' real das coisas. Uma pedagogia que implique a pessoa como tal, que gere credibilidade num projecto de vida e que reconheça e respeite a dignidade de todos os seres humanos. O mundo dos valores deve ser o guia do indivíduo nos seus desejos de auto-realização e aperfeiçoamento.

Entre as grandes problemáticas axiológicas que os meios de comunicação social nos lembram diariamente, devido às consequências negativas para o ser humano, destacamos a questão ambiental: a relação do homem com o meio envolvente. A degradação e deterioração

1 O termo 'valor' relaciona-se com a própria existência da pessoa, afectando a sua conduta, configura e modela as suas ideias e condiciona os seus sentimentos. Trata-se de algo mutável e dinâmico, que escolhemos livremente entre diversas alternativas. Contudo, depende da capacidade de interiorização ao longo do processo de socialização e, por conseguinte, das ideias e atitudes que reproduzimos a partir das diversas instâncias socializadoras. No fundo 'o valor' é o grande objectivo da educação, já que ajuda a sermos pessoas, apesar de sermos confrontados diariamente com 'contra-valores' que dificultam as nossas escolhas.

ambiental põe em perigo a sobrevivência do homem, as formas de vida e coloca o homem em situação limite no planeta. A história da degradação do planeta caminha de mão dada com a história do nosso desenvolvimento tecnológico e industrial. Muitos meios de comunicação colocam os problemas ambientais como problemas locais ou regionais, conotando-os com situações particulares na óptica da conservação da natureza e do património artístico e cultural. Contudo, esquecemo-nos que essas questões ambientais não conhecem fronteiras, nem municípios, nem nações. Por isso, aquela visão é particularista e reducionista, já que a máxima (ambientalista e ecologista) a ter em conta é a de pensar globalmente e actuar localmente. Apesar de metodologicamente serem recomendáveis actuações pontuais e locais, estas devem inserir-se num projecto ou marco mais geral de actuação sobre o meio ambiente. Esta é a filosofia de fundo.

Pretendemos, no seguimento de outros estudos por nós efectuados (Martins, 1994, 1997), reflectirmos, numa perspectiva ética e axiológica, sobre o modo de entender as relações do homem com o seu meio. Assim, dividiremos em quatro pontos a nossa exposição. No primeiro trataremos de pontualizar as duas classes de ética vigente e os pressupostos de uma educação para os valores. Nos dois pontos seguintes, abordaremos a educação ambiental segundo a perspectiva ético-moral e axiológica, terminando, no último ponto, com algumas orientações pedagógicas para a prática da educação ambiental, numa perspectiva formal. Como incutir na prática e desde a escola, uma educação ambiental, que oriente os educandos para actuações de protecção e preservação da natureza? Esta é a nossa pretensão: justificar um modo distinto de defesa da natureza, de entender e praticar a educação ambiental, enquadrada na pedagogia dos valores.

1. ÉTICA E EDUCAÇÃO PARA OS VALORES

Se realizamos um olhar cruzado e histórico, vemos que as chaves para aquiescer e desentranhar as formas de vida de uma determinada sociedade, estão em função das interrogações: que farei (ou que fiz?), quais os motivos ou o que originou a minha acção? e porquê fiz eu isto? (isto é, todo o relativo às nossas acções no que se relaciona com a motivação, finalidade, desenvolvimento e consequências). Efectivamente, encontramos com duas classes de teorias éticas: as que intentam responder às finalidades (para quê) das acções – são as '*éticas materiais*'; e as se centram na origem e nas motivações das nossas acções – *ética formal* ou do 'dever'. Neste último caso, a avaliação das acções apoia-se no cumprir ou não com o 'dever' (marco formal, legal e ético pelo qual qualquer acção é correcta) (Cortina, 1994).

As éticas materiais, ao convergirem para a finalidade das nossas acções, desenvolveram-se num utilitarismo: o conceito do útil dentro de uma dimensão pragmática mais próxima às formas actuais de vida. Sabemos que a felicidade é uma finalidade das nossas acções (ética de máximos, já que é a aspiração máxima do ser humano 'ser feliz'), e por isso procuramos e pomos os meios necessários para a sua concretização. Contudo, continuamos com a grande questão de fundo: em que consiste ser feliz?

A ética material de Max Scheler, oposta à ética formal de Kant, evidencia o erro de identificar o '*a priori*' com o formal e com o racional, e o '*a posteriori*' com o material e o irracional, já que os valores éticos (e jurídicos) que possuem um conteúdo concreto, não sendo apreensíveis pelos processos racionais, são-no pela intuição emotiva, o que não deixa de ser

um 'apriorismo'. A experiência emotiva seria uma intuição intelectual, uma experiência intencional que mantém a mesma relação que uma representação ou conceito com o seu objecto. Daí que, para ele, o mundo dos valores seja um mundo objectivo '*a priori*', isto é, os valores não seriam nem bens, nem fins, mas um acto específico de preferência. Num sentido parecido, N. Hartmann considera os valores objectos, com identidade própria que se conhecem '*a priori*' de forma emocional e não intelectual ou reflexiva, mas a emoção valorativa tem a mesma objectividade que o conhecimento científico ou lógico.

A crítica a estas éticas materiais dos valores centram-se na dificuldade que elas apresentam para determinar a 'lista' de valores absolutos e objectivos, a própria historicidade e variabilidade dos valores no âmbito sociológico. Entendemos que a objectividade dos valores dá-se na existência humana e, por isso, eles são objectos ideais com validade análoga às ideias, mas com uma tendência a realizarem-se e a materializarem-se no mundo pelas acções do homem. Essa objectividade dos valores expressa-se na vida humana.

As éticas formais actualizaram-se através da 'ética discursiva' ou 'dialógica' (éticas do diálogo), desenvolvendo o que designamos de uma 'ética de mínimos' em que o ser humano já não se interroga sobre grandes questões éticas (por exemplo, a felicidade, o útil ou o dever'), mas sobre pressupostos que validam um diálogo para resolver problemas pacificamente, realizando acordos conjuntos. Se olharmos para as nossas sociedades pós-modernas, podemos interrogar-nos se resolvemos realmente os problemas através do diálogo. Damos como exemplo, os últimos acontecimentos na Bósnia, o que não se consegue no Kosovo e o que minimamente se consegue com o meio-ambiente no planeta. Reconhecemos que a economia é o factor determinante para avaliar aspectos como o trabalho, a felicidade, o útil, o dever, inclusive a saúde e o ensino estão subordinados às estruturas de mercado. Se unirmos ao poderio económico a influência dos meios de comunicação social, das tecnologias avançadas, o elevado consumismo, a competitividade, etc. caímos na pergunta lógica: quais devem ser os horizontes morais?

Porque não uma ética formal do 'dever' ou do 'diálogo'? A consciência do dever, na óptica individual, surge como um processo interno em que há um compromisso na consecução de algo que parece moralmente relevante ao indivíduo. Assim, o conceito de 'dever' parece contrapor-se com formas de superficialidade ou de relativização, o que supõe um compromisso moral e consciente da pessoa. No caso dos valores ecológicos e ambientais este seria o processo mais adequado: compromisso entre o homem e o meio-ambiente. Também é verdade que, numa dimensão social, as estruturas democráticas admitem o conceito de 'desobediência civil' que abre um leque de debate da própria legalidade vigente. Por isso, está em aberto a questão de qual é o referente último da pessoa.

Deste modo, podemos classificar éticas de valores que postulam uma existência e fundamentação objectiva dos valores, como ideias ou essências que podem ser apreendidas, outras éticas com fundamentações subjectivas (opostas às anteriores) e neo-liberais (K. Popper⁽²⁾, Von Hayek, R. Nozick, J. Rawls, R. Dworkin, etc.) para conseguir o conhecimento dos valores e, ainda, outras baseadas no '*consenso ideal*' (acordo) ou '*diálogo*' (Habermas), '*consenso real ou histórico*' (Escola de Budapeste com G. Luckacs, G. Markus e A. Héller).

2 K. Popper, segundo um racionalismo crítico, também, propôs uma taxonomia de valores para uma 'sociedade aberta' (dimensão tecnológica e ética), sugerindo uma axiologia não sistemática. Distingue entre valores económicos, tecnológicos, estéticos ou artísticos, intelectuais e morais. Na perspectiva popperiana todos estes valores influem no momento das nossas acções nos diversos âmbitos da sociedade. Destaca o papel dos valores morais, que funcionam como charneira de integração dos outros valores, orientando o sujeito para as situações de convivência.

Por outro lado, pensamos que o progresso técnico-científico e o 'bem-estar' não caminham unidos ao desenvolvimento ético e à qualidade de vida humana. Além disso, as instituições que eram os lugares de transmissão de valores (a família, a escola, a igreja, etc.), duvidam do seu papel como provedoras da globalidade do mundo, esquecem algumas das suas funções e até nem oferecem sistemas de valores coerentes. Isto é, algumas instituições, especialmente a família, deixaram de ser o referente ético da sociedade e transmitem e informam valores contraditórios.

Parece que iniciamos o novo século com a falta de um marco referencial que guie todas as decisões humanas (nem a ONU nos concede garantias), arriscando-nos a cair numa crise de valores. Qualquer diagnóstico que façamos à sociedade leva-nos a acrescentar que esse reconhecimento de crise é um sinal de lucidez, derivada da insatisfação para uma realidade humana que nunca alcança os cânones desejados.

Constatamos que há uma grande distância entre o que decidimos e o que fazemos. Mas essa distância deve diminuir, constituindo o ponto de arranque da crítica, do protesto, do diálogo frente a situações e comportamentos que segundo a perspectiva ética são insatisfatórios. Sirva-nos, como exemplo, os valores ambientais, cuja temática serve de base à nossa reflexão. Hoje em dia há nos educandos uma certa sensibilidade para um discurso axiológico que demonstra certa presença de uma consciência moral e de valores nas relações sociais. Como educadores, devemos potencializá-la.

Em definitivo, não tratamos dos valores dentro do âmbito psicológico, tentando perceber a relação existente entre a 'maturação pessoal' e os valores básicos nas acções humanas, nem os referentes ao discurso religioso. Quando falamos de valores, quer no âmbito filosófico, no psicológico-religioso, quer no âmbito educativo ou pedagógico, encontramos-nos com o ser humano e a sua capacidade de 'criar um mundo'. O grande desafio da educação para os valores situa-nos na possibilidade real do sujeito autónomo ser capaz de integrar numa única dimensão a sua consciência interna e as suas acções (sociais), com capacidade de elaborar um projecto de vida baseado em critérios de preferências devidamente pensados, fundamentados e coerentes com a sociedade actual. A Escola e os outros agentes educativos devem possibilitar um desenvolvimento integral do educando em três âmbitos do educar: no 'bem-pensar', no 'bem-fazer' e no 'bem-sentir'. Esta metodologia poderá ser o ideal para uma boa educação para os valores dos nossos jovens.

2. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO ÉTICO-MORAL

Antes de continuarmos convém pontualizar o que é a educação ambiental⁽³⁾. As relações entre a educação e o ambiente (meio-ambiente natural ou natureza) dão lugar a três possibilidades pedagógicas: '*educação sobre o meio-ambiente*', '*educação através do meio-ambiente*' e

3 A educação ambiental define-se a nível teórico e prático. As características daquela educação ao nível teórico, apresentam-se: como preocupação a qualidade do meio ambiente; metas ou fins a regeneração e a melhoria do meio-ambiente; o campo são os problemas do meio; o enfoque é a relação e a interdependência; e um meio ou metodologia o exercitar a tomada de decisões. Ao nível prático, promove-se a interdisciplinariedade, o enquadramento de causas e efeitos, o sentido global de abordar os problemas ambientais, a programação de uma nova ética ambiental e ecológica e acções de âmbito cognitivo e sobre a realidade.

'educação a favor ou em prol do meio-ambiente'. Só nesta última alternativa inserimos o objecto de estudo, a investigação e o desenvolvimento da educação ambiental (Martins, 1994). Daí que os âmbitos de aplicação da educação ambiental sejam a educação formal ou curricular (na escola), a interpretação ambiental (educação não-formal ou informal dada por exemplo pelos meios de comunicação social ou organismos afins à preservação do ambiente) e programas comunitários de educação ambiental (educação não-formal e/ou informal na relação 'escola-comunidade', 'comunidade-instituições sociais', etc.).

Enquanto a pedagogia ambiental centraliza os seus objectivos em qualquer questão pedagógica relacionada com o meio-ambiente ou ambientes: isto é, estuda qualquer questão pedagógica (didáctica, organizativa, metodológica, avaliativa, teórico-prática, de programação, etc.) aplicada aos diversos espaços ou ambientes (escola, território, comunidade, 'habitat', zona de residência, etc.) com a finalidade de conseguir-se um objectivo pedagógico baseado sobre necessidades educativas (educação sobre e através do meio-ambiente) ou sobre necessidades ambientais (educação a favor do meio-ambiente ou educação ambiental).

Voltando à nossa reflexão, pensamos que a educação ambiental deve ser abordada numa perspectiva ético-moral. Senão vejamos o que a sociedade da informação e da imagem nos transmite inundando os nossos lares sobre as questões relacionadas com o ambiente (meio-ambiente):

- a destruição das matas, dos montes e das selvas por grandes multinacionais que exterminam espécies autóctones, grupos e tribos indígenas em nome do progresso. Com essa intenção economicista, desaparecem as culturas que nos transmitiram um modo de vida e um equilíbrio com o meio natural. Estes bens culturais e naturais e, por vezes patrimoniais, ficam relegados pelo factor 'progresso' e desenvolvimento;
- as dívidas externas de muitos países pobres ou semi-desenvolvidos asfixiam as suas economias, não encontrando outras fórmulas para as saldar a não ser através do recurso abusivo às suas matérias primas (fontes de riqueza);
- a dependência cada vez maior da tecnologia nos países pobres e em vias de desenvolvimento, que os obriga a receber ou a implementar, em prol do progresso tecnologias ultrapassadas, desperdícios contaminantes e resíduos, que nos países ditos ricos estão proibidos. O desenvolvimento e a destruição do meio natural converte aqueles países numa espiral sem saída de dependência e exploração sem critérios de defesa da natureza;
- a imposição de uma cultura intensiva, que arrasta a introdução de práticas que provocam alterações no meio ambiente devido ao excesso de insecticidas, pesticidas e outros produtos tóxicos contaminantes;
- a voracidade de muitas empresas em aproveitarem os recursos naturais, consumindo e contaminando, mesmo sabendo que há regras e 'penalizações' para os infractores que contaminem e degradem o meio natural;
- a desertificação de muitas zonas, as alterações climáticas, a erosão dos solos, a falta de água e de planos de reforestação, etc, são 'lamentações' na maioria dos países.

Este conjunto de práticas em muitos países manifesta-nos em primeiro lugar um problema moral e em segundo lugar um problema meio-ambiental. De facto, só quando muitos daqueles problemas forem tratados numa perspectiva ético-moral, encontraremos soluções eficazes para resolver os problemas do meio-ambiente. A melhoria da natureza, ao nível mundial, vai associada a uma nova ordem económica, mais justa e equilibrada. Não se renuncia ao crescimento

económico, mas deve-se respeitar a 'saúde' do meio-ambiente envolvente ao homem. Queremos que se desenvolva uma economia ecológica sustentável, em que as indústrias reduzam os seus 'inputs' de recursos não renováveis e os seus 'outputs' de resíduos. Por exemplo, poupar energia cria emprego, mas gerá-la a partir de fontes renováveis ainda mais emprego cria. O mesmo diríamos em relação à reconversão e aos processos de reciclagem dos 'lixos'.

O problema moral que está unido ao meio-ambiente, não são só as relações 'Norte-Sul'. Fundamentalmente, é o estado em que se encontram muitos dos nossos rios ou ribeiros, praias, montes e serras, cidades e povoações: a contaminação química, a desertificação, a contaminação das zonas pesqueiras, o uso massivo de fertilizantes industriais, a deterioração do património natural e patrimonial, etc. etc. Estamos perante situações, ou problemas, que não exigem soluções exclusivamente técnicas. Sobretudo, são soluções ético-morais. Esta é a perspectiva com que devemos encarar os problemas do meio-ambiente. Daí, que é necessário uma educação moral para abordarmos as questões ambientais. Esta nova ética (ambiental) integra uma nova forma de naturalismo que dê menos importância ao domínio da natureza e mais relevância à consecução de uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza.

A abordagem dos problemas ambientais, partindo de uma vertente ético-moral requer a construção de uma ética universal, supra nacional, em que cada pessoa, comunidade ou país seja considerado um interlocutor válido, em igualdade de circunstância, e tendo em conta as decisões que o afectam (Cortina, 1994). Trata-se de dar maior prioridade à dimensão social na nossa relação com o meio-ambiente e urbano. Isto implica um assumir de responsabilidades frente aos outros, convencendo-nos que há coisas comuns, não de uso exclusivo, mas que pertencem a todos nós. Certamente que a estas atitudes e valores associamos o sentido de justiça nas relações humanas e nas relações com e através do meio-ambiente. Se é fácil entender um dano físico ou moral causado por uma agressão ou ofensa, mais difícil é perceber os danos causados a uma 'colectividade sem rosto', como a natureza, à qual estamos vinculados.

Este é o desafio da educação e dos educadores para o novo milénio: uma nova concepção nas relações do homem com o nosso ambiente e com o nosso planeta. Estamos acostumados a dividir o mundo em dois: nós e todo o existente. Contudo, apercebemo-nos da existência do ser humano 'na' natureza', não 'frente' ou 'com' a natureza, numa exigência mútua de harmonia. É tendo em conta esta óptica que podemos desenvolver aqueles valores e atitudes que nos permitem comunicar com a natureza. Possivelmente, será um novo paradigma que nos amplie a relação moral de responsabilidade, para além da dimensão especificamente humana, situando-nos num contexto de relação entre o homem e todos os seres vivos. Esta ética globalizadora, ou código de valores supra-nacionais, constrói-se pelo consenso entre povos e culturas da terra numa (re)orientação dos homens com o seu meio-ambiente natural (Klappenbach, 1992; Küng, 1991; Ortega, Mínguez e Gil, 1996).

Em definitivo, a auto-realização do sujeito seria desde modo, numa perspectiva ético-moral, a realizar-se na e com todo o existente à volta do homem. Por este facto, entendemos a educação ambiental como um processo de intervenção que permita o assumir e o incrementar da responsabilidade humana sobre o meio-ambiente natural e urbano. Devemos, nas instituições educativas e sociais, potencializar a co-existência ou 'convivência pacífica' entre todos os seres vivos do nosso 'habitat' e do nosso planeta.

3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DESDE O ENFOQUE AXIOLÓGICO

Deste outro ângulo, a educação ambiental necessita de ser analisada a partir de uma perspectiva dos valores ou do enfoque axiológico.

Em geral, observamos que a abordagem do problema ambiental nos meios de comunicação social faz-se pela transmissão de informação sobre os prejuízos e danos ecológicos e ambientais no meio natural e, algumas vezes, no meio urbano. Mesmo na Escola, os programas ou actividades de educação ambiental (Projecto Escola) giram à volta de elementos cognitivos (teórico-práticos e conceptuais), relegando para um segundo plano a perspectiva ético-moral, axiológica e de atitude nos alunos, muitas vezes pouco ou nada desenvolvidas. Havia que gerar neles mecanismos para uma 'razão axiológica' actuante e interventora.

Nós, os educadores, pensamos que informar sobre os problemas ambientais é imprescindível e suficiente para gerar um compromisso nos educandos na defesa do meio-ambiente (natural, rural e urbano). Mas, não é assim, se não apontamos vias possíveis de actuação (Martins, 1994; UNESCO, 1992). Esquecemo-nos que nós, seres humanos, agimos e actuamos por conhecimento ou informação. No comportamento humano, como no conhecimento, têm um papel de relevo os sentimentos, as crenças e os valores. É pelo mundo dos significados referenciais, que interpretamos e mediatizamos todas as nossas vivências e experiências (aquilo que podemos designar por registo existencial).

A nossa flora, fauna, rios, serras e montes, aldeias e cidades fazem parte da nossa 'paisagem cultural', do meio em que estamos implicados (interacção) e no qual pretendemos ser 'indivíduos', pessoas dentro da comunidade. De facto, se não incorporamos ao mundo dos valores esses elementos será difícil praticarmos uma educação ambiental com uma pretensão globalizadora. Qualquer processo educativo não deve ter visões fechadas de problemas e situações, mas enfoques abertos e provisórios. Mais que aprender a resolver problemas particulares será necessário aprender a defini-los para actuar. Trata-se de enquadrar a educação ambiental no âmbito da educação em valores, não como um apêndice ou complemento dela, mas como uma filosofia de fundo do nosso agir (Martins, 1995, 19 de Dezembro: 26).

O ser humano, nas suas diversas dimensões, comportamentos, atitudes e modos de ser e estar no mundo, entende-se mais e melhor se o vemos 'no' e 'desde' o meio-ambiente (físico ou natural, social e cultural) em que vive e como sente, percebe e expressa esse meio, isto é, pelo conjunto de significados atribuídos ao seu meio envolvente. Se a escola e os educadores esquecem este aspecto estaremos a educar um 'homem irreal', sem meio envolvente, sem contexto e sem significados. Devemos praticar com os alunos actividades que os ajudem a ser conscientes das suas próprias crenças, atitudes, valores e acções, em relação ao meio-ambiente.

Efectivamente, a educação ambiental não é só conservar a natureza, gerir recursos, nem um novo programa a acrescentar aos já existentes nos currículos escolares. Constitui um novo enfoque das relações e atitudes entre o homem e o seu meio ou natureza física e do modo como aquele influi sobre este. Intentamos no sistema educativo formar cidadãos responsáveis, destinados a melhorarem a qualidade de vida pela apropriação de valores ambientais e ecológicos, de convivência democrática e de solidariedade. Criar nas novas gerações valores e atitudes facilitadoras de conservação e melhoria do nosso meio, capacidade de resolução dos problemas ambientais, tomada de decisões e acções práticas. Frente a uma crise cultural, política (europeia e supra-nacional) e social será necessário desenvolver programas e acções de índole educativa, que provoquem uma mudança nas

atitudes e na escala de valores vigentes nas sociedades pós-modernas. É preciso transmitir um novo estilo de vida individual e comunitário, mais integrado e respeitador dos problemas humanos e ambientais.

Qual a necessidade de abordarmos a educação ambiental a partir da perspectiva da educação dos valores ?

Podem ser várias as razões justificáveis. Mencionamos, entre muitas outras as seguintes:

- Qualquer comportamento e atitude ambiental ou ecológica para com o meio exige a prática de outros valores. Exigimos uma perspectiva ético-moral e social quando se degrada o meio, que é um espaço vital de todos nós (González Lucini, 1994; Turner, 1989). Não podemos compreender o respeito pelo meio-ambiente (natural e urbano) sem outros valores como a responsabilidade, o diálogo, a solidariedade, cooperação, etc.

- Os cidadãos devem estar presentes para responderem e actuarem sobre os problemas actuais e futuros (Küng, 1991; Ricoeur, 1990; Strike & Egan, 1977). Aprender atitudes e apropriarmos de valores que impulsionem a procura dinâmica de novas vias de resposta às 'novas formas' de deteriorização e degradação ambiental, numa sociedade em permanente mudança. Pretende-se que cada cidadão tenha consciência moral e assimile a nova concepção e valores positivos em relação ao meio-ambiente, concebendo uma maneira diferente de viver.

- Os valores, como ideais de realização pessoal, devem plasmar-se na nossa experiência quotidiana, integrarem-se na estrutura profunda das nossas convicções e crenças mais vitais, fazendo parte da nossa cultura ou forma de vida.

- Os valores só são válidos se forem objecto de 'conhecimento'. Isto é, o valor da justiça não nos leva necessariamente a sermos justos, como o conhecimento de tolerância nem sempre nos leva a ser tolerantes. Devemos sentir o que significa um rio limpo, zonas verdes nas cidades, preservar a flora e a fauna, não poluir, etc., de modo que a comunidade assuma como 'seu' esse valor vital.

- Os valores não se ensinam, vivem-se, dão-se a conhecer pelas vivências. É necessário a experiência pessoal e comunitária do valor. Há coisas que não podem ser ensinadas nem aprendidas (objecto do ensino-aprendizagem na escola) se não for a partir da experiência e vivência pessoal. Unir aos conhecimentos adquiridos à experiência prática de um ambiente protegido. Apreciarmos, valorizarmos e sentirmos como algo importante a protecção do meio natural e urbano. Este valor de vínculo a um ambiente protegido gera uma pertença pessoal e comunitária a um espaço que necessitamos.

- Frequentemente, a educação ambiental concebe-se como uma tarefa (inserida no tipo de educação não-formal ou informal) a ser realizada longe da escola e da cidade, mas nunca fora da actividade e experiência diárias. Ela supõe e exige uma actuação contínua sobre o meio envolvente imediato, aquele que constitui o marco da nossa experiência quotidiana. Assim, o lar familiar, o local de residência, a escola, a aldeia /comunidade e a cidade convertem-se no cenário de acção da educação ambiental. São as experiências imediatas e quotidianas que moldam em comportamentos e atitudes habituais os valores ambientais e ecológicos do nosso meio, como um espaço ou 'habitat' imprescindível à nossa existência.

4. O ÂMBITO PRÁTICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

É nossa intenção que os educandos consigam algum compromisso de actuação e agindo, em prol do ambiente. A educação é e resolve-se pela prática. O processo educativo deve insidir na vida pessoal dos alunos. Por isso, não concebemos a educação separada da acção, e no caso específico da educação ambiental é bastante evidente. Pretendemos que eles realizem pequenas tarefas ou funções no âmbito da família ou no lar, na escola, nos edifícios e nas zonas onde residem, nas associações a que estão vinculados, na freguesia e município a que pertencem, etc., de modo a consciencializarem as questões ambientais e um maior sentido de participação e responsabilidade. O importante será inculcar-lhes uma aprendizagem de competências, destrezas e hábitos, que lhes gere, lentamente, novos comportamentos e atitudes de relação com o meio-ambiente.

Não nos esqueçamos que a educação ambiental aspira a resolver problemas pontuais ligados a situações particulares, a promover um novo estilo de vida, um quadro diferente de relações entre o homem e o meio-ambiente. Todo o tratamento metodológico desta educação responderá mais a enfoques derivados dos conhecimentos da pedagogia que de outras ciências da educação (biologia, geografia, ecologia, etc.), mas contando cada vez mais com contributos da antropologia cultural e social. De facto, será no âmbito da educação dos valores que a educação ambiental encontrará a planificação, execução e realização mais adequada.

Vejamos dois exemplos de 'Projectos' que podem servir como orientações à elaboração de 'Projecto-Escola' (ensino primário e formação básica) e de acompanhamento aos professores na prática pedagógica, de modo a gerar nos alunos e comunidade educativa um processo de consciencialização (consciência moral no agir) e de responsabilidade individual e colectiva.

(1.º)-'MANTER LIMPA E VERDE A TUA ESCOLA, COMUNIDADE OU ZONA RESIDENCIAL'

- *Objectivos:* desenvolver a responsabilidade ecológica e ambiental nos alunos; ensinar-lhes a evitarem situações de destruição, a não estragarem as matérias primas ou riquezas naturais e a utilizarem racionalmente os meios técnicos e recursos; iniciar pequenas responsabilidades que contribuem para a consecução de ambientes limpos, saudáveis e não contaminados na escola, na zona de residência, na freguesia ou cidade.

- *Metodologia de desenvolvimento.* Primeira Fase –Análise Documental: leituras de vários textos ou documentos sobre a temática, seleccionados pelo professor, de modo a serem analisados e comentados pelos alunos. Segunda Fase -Decálogo de orientações práticas: poupar energia em casa e no teu edifício; economizar a água, considerando-a um recurso cada vez mais escasso (duche em vez de banho, fechar bem as torneiras, controlar a capacidade dos autoclismos, não lavar os dentes com a torneira aberta, não regar o jardim de forma contínua, etc.); evitar o consumo supérfluo; não produzir lixo - lei dos três R(educir), R(eciclar) e R(eutilizar) e colocação dos lixos nos contentores respectivos; escolha das embalagens que não prejudiquem o meio-ambiente - recipientes ecológicos e evitar os anti-ecológicos (latas de bebida, garrafas de PVC, aerossóis com fluorcarbonatos -CFC, etc.); não acumular em excesso um 'arsenal químico' em casa (ambientadores,

detergentes, pinturas, pilhas, produtos de limpeza, etc.); limitar o uso dos plásticos, pois são biodegradantes; poupar o papel e consumir o papel reciclado; cuidar e preservar dos jardins e do campo (incêndios); e ter sempre presente - 'pensar globalmente e actuar localmente', preocupando-se pelas questões locais ecológicas e ambientais.

- *Acções de Reflexão, de debate (diálogo), intervenção e de compromisso (moral).* Com a utilização de técnicas de micro-ensino, levar os alunos na aula, na escola e na comunidade, a reflectirem e a dialogarem sobre os valores que vão descobrindo, o que é 'salvar o planeta', as 'serras ou florestas da sua zona', os 'espaços verdes', 'poupar água', etc. Registrar e analisar as atitudes e as qualidades positivas que se geram na relação com o meio-ambiente, os sentimentos e as ideias sobre os temas ecológicos e ambientais, elaborar uma lista de conselhos práticos, etc. Os alunos por grupos ou turmas de uma escola (e entre-escolas) podem elaborar um manifesto em que concretizem as disposições e compromissos que possam ajudar a manter limpa e saudável a comunidade. Na parte de intervenção prática, podem utilizar 'folhetos' ou um jornal de Escola (elaboração própria), painéis para fixação na(s) Escola(s) e nos lugares públicos, mensagens nas rádios locais, elaboração de 'máximas ecológicas e ambientais', poesia e canções, etc.

(2.º)- 'OS PROBLEMAS AMBIENTAIS. RESPEITE A NATUREZA E O MEIO ENVOLVENTE'

- *Objectivos:* valorizar criticamente as repercussões das actividades humanas e tecnológicas sobre o meio-ambiente; analisar os efeitos dos produtos contaminadores no meio sobre a saúde, a qualidade de vida e o futuro do homem; despertar (promover valores) nos alunos a necessidade de respeitar-se a si próprios, aos outros e o meio-ambiente envolvente; potencializar o sentido de responsabilidade na preservação e cuidado com a natureza; formar atitudes de respeito e sensibilidade para conservar e defender o meio natural; descobrir os valores dos colectivos ecologistas.

- *Metodologia de desenvolvimento.* Primeira Fase –Análise Documental: leituras de vários textos ou documentos sobre a temática, seleccionados pelo professor, de modo a serem analisados e comentados pelos alunos; Segunda Fase –Elaboração de um 'Bitácoras' ⁽⁴⁾ ou 'Caderno de Rota' onde se anotam todas as observações ou questões pertinentes de degradação ambiental que detectam (na sua zona, aldeia/cidade ou no município/região, ou no País e Europa ou no Planeta), seguido com comentários (registo das causas e efeitos) e recomendações. Por exemplo, questões como: o efeito estufa (as mudanças climatológicas ou meteorológicas), a camada de ozono, a desertificação, o desflorestamento (falta de plantação de certas espécies de árvores e de um código florestal), os 'lixos' e o seu depósito e eliminação (estações de tratamento e reciclagem), a 'chuva ácida', a energia nuclear e as energias

4 'Bitácoras' é o armário que está colocado próximo do timão ou leme de um barco e onde se coloca a bússola e os instrumentos de navegação. O caderno de 'bitácoras' é como um diário de bordo. O sentido que pretendemos para o 'Projecto' é que os alunos elaborem um 'Caderno de Viagem' ou de 'Rota' pela sua comunidade, aldeia, cidade, município, região, país ou pela Terra onde anotem todas as degradações, contaminações, questões de alteração ambiental, efeitos nocivos ou situações que prejudicam o meio-ambiente.

alternativas, a contaminação da atmosfera e dos rios, a adulteração dos alimentos, a publicidade e o consumo, o desaparecimento de espécies animais e vegetais, etc.

• *Ações de reflexão, de debate (diálogo), intervenção e de compromisso (moral).* Pode-se utilizar a elaboração e aplicação de um inquérito (questionário) na Escola ou na Comunidade e entrevistas a pessoas com responsabilidade civil e autárquica. O tratamento dos dados e registo de algumas expressões proferidas seriam comentadas pelos alunos (grupos ou pela turma). Elaborar um 'manifesto', um painel ou um 'jornal escolar' em que concretizam o 'estado de sítio', em termos ecológicos e ambientais, da sua zona, aldeia, município ou região. Na intervenção prática, podem divulgar o material recolhido (textos, fotografias ou a filmagem de um vídeo) numa exposição na(s) Escola(s) e nos lugares públicos, emitir mensagens nas rádios locais, elaboração de 'folhetos', um guias pessoal para ajudar a preservar o meio-ambiente, etc.

Demos, com estes exemplos de 'Projectos', algumas orientações básicas para a elaboração e implementação ao nível escolar de 'Projectos' que tenham como objectivo a educação ambiental. O primordial é que os educadores ensinem e orientem os alunos a apreciar os valores ambientais e os valores em geral e que sejam praticados por eles próprios, de modo a adquirirem experiências e vivências úteis a um sentido de responsabilidade (individual e colectiva), a um compromisso mútuo e a possuírem uma consciência moral no agir sobre o meio-ambiente ou o meio envolvente onde vivem.

PARA (NÃO) CONCLUIR

Apesar dos problemas na Europa, em África e no Mundo em geral, com confrontações e violações dos direitos mais elementares do ser humano, parece que há uma nova sensibilidade para determinados valores e um novo discurso axiológico que exige a presença real de uns valores mínimos (justiça, paz, solidariedade, tolerância, respeito) nas relações sociais e na relação do 'homem' com o 'meio-ambiente', mas o tempo dirá se não é uma simples miragem. Reconhecemos a dificuldade que encerra a educação para os valores. Nós, os educadores, sentimos essa perplexidade perante currículos e conteúdos de ensino, que implicam valores, e que escapam aos métodos e técnicas de aprendizagem na Escola.

A educação tem como objectivo conseguir novas formas de compreender a vida, para que possamos construir a nossa 'biografia' vital ou 'história de vida'. Ela deve promover o respeito por todos os valores e opções, sem defender valores absolutos nem ser relativista, sem posições autoritárias ou libertárias. Por isso, perante um conflito de valores, é necessário conjugar a autonomia pessoal frente às pressões colectivas e uma razão dialógica oposta ao egoísmo, individualismo e fundamentalismo que esquecem os direitos ou só perfilham de alguns valores. Daí que os critérios que os educadores devem incutir nos seus educandos para viverem numa sociedade ('bem-estar'), desde o ponto de vista ético-moral e ambiental (ou ecológico) são: a 'crítica' (instrumento de análise da realidade que nos rodeia e de mudança do que é injusto), a 'alteridade' (o sairmos de nós próprios para podermos estabelecer relações e empatias óptimas com os outros), o conhecer os direitos humanos e respeitá-los, a implicação (participação e partilha) e o compromisso activo, a responsabilidade no exercício da liberdade.

O 'valor' é a convicção racional de algo bom ou mau. Organizamos esta convicção no nosso

psiquismo em forma de preferência (uns valores predominam sobre outros). Dissemos que os valores são crenças ou formas de vida, não são ideias, nem conceitos. Podemos ter 'ideias -conceitos' do valor, mas só quando o sujeito o assume, se apropria dele pela experiência ou vivência (pessoal, colectiva), só, então, se converte em crença. Os valores devem converter-se em nossos guias e pautas de conduta, permitindo-nos definir com clareza os objectivos de vida, dando-lhe sentido.

A característica mais importante da educação ambiental é a acção orientada para a solução dos problemas concretos e reais, aqueles que permitem aos indivíduos e aos grupos a tomada de consciência (moral) imediata e a procura de soluções adequadas, sem perdermos a perspectiva global de os resolvermos (Sosa, 1990: 21 ss). Os valores ambientais ressurgem como valores emergentes, devido às recomendações e declarações dos organismos internacionais num apelo à defesa do universo e do homem na terra. A ética ambiental e/ou ecológica deve ser o espaço de encontro e de articulação das formas variadas de vivências na relação 'homem-homem', 'homem - meio - ambiente', incutindo uma ética de compromisso e de responsabilidade nas nossas acções sobre o meio natural e urbano.

À Escola compete ocupar-se por igual dos valores essenciais à educação integral da pessoa, ajudando os alunos a construírem os seus próprios critérios, permitindo-lhes tomar decisões, para que saibam como enfocar e orientar a vida, como vivê-la em responsabilidade. De facto, a educação para os valores fundamenta-se no respeito mútuo de todos, promove o desenvolvimento e interiorização dos valores (através de técnicas e actividades), utiliza o diálogo interactivo, de maneira a conduzir o sujeito a uma socialização adequada, uma formação pessoal e social, diminuição da conflitualidade e assimilação e integração de valores, atitudes e comportamentos, para viver numa sociedade mais justa.

Entendemos o nosso estudo como uma contribuição aberta à reflexão filosófica, ético-moral sobre os valores e, em especial, sobre os valores ambientais, de forma a que os agentes educativos promovam uma nova 'ética da consciência' na abordagem às novas questões que afligem o homem, a relação do homem com o meio envolvente e o planeta. Se a ética indaga sobre os fins da actividade humana e, por vezes duvidamos do seu discurso, a moral deve oferecer-nos um conjunto de pautas e valores elegíveis. Surpreende-nos as dificuldades com que os seres humanos suportam as carências, as desigualdades, as injustiças, os 'incómodos' quotidianos e a valentia com que enfrentam as situações mais desfavoráveis. Criar no homem uma '*razão axiológica*' que, perante os problemas sociais, culturais, políticos, económicos, ambientais, etc., o encaminhe no melhor sentido, numa responsabilidade, partilha e compromisso mútuo: 'eu' e os 'outros', 'eu' e o meio-ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aranguren, J. L. (1958). *Ética*. Madrid: Revista de Occidente.
- Buxarrais, M. R. y otros (1990). *Ética i escola, el tractament pedagògic de la diferència*. Barcelona: Ed. 62
- Camps, Victoria (1993). *Los valores de la educación*. Madrid: Alauda.
- Cortina, A. (1994). *La ética de la sociedad civil*. Madrid: Anaya.
- Etxeberria, X. (1995). *Ética básica*. Bilbao: Ediciones de la Universidad de Deusto.
- Freire, M.ª H. R. (1991). 'Um Projecto prático de Educação Ambiental'. In *Aprender*, n.º 13 (Abril), pp. 15-21

- Giordan, A. (coord.) (1993). *Educación ambiental: principios para su enseñanza*. Madrid: La Catarata.
- González Lucini, F. (1994). 'Educación ética y transversalidad'. In *Cuadernos de Pedagogía*, n.º 227 (Julio/Agosto), pp. 10-13.
- Goodpaster, D. & Sayre, K. (ed.s) (1979). *Ethics and problems on the 21 st century*. Indiana: Publ. Notre-Dame Univ. Press.
- Klappenbach, A. (1992). 'Ética, conocimiento y educación'. *Revista de Educación*, n.º 297 (Enero/Abril), pp. 81-96.
- Küng, H. (1991). *Proyecto de una ética mundial*. Madrid: Trotta.
- Macintyre, A. (1994). *Justicia y racionalidad*. Barcelona: EIUNSA.
- Marín Ibañez, R. (1993). *Los valores, un desafío permanente*. Madrid: Cincel (Ediciones Pedagógicas).
- Martins, Ernesto C. (1994). 'Questões de Ética Ecológica e Ambiental'. In *Ler Educação*, n.º 13 (Jan./Abril), pp. 93-128.
- Martins, Ernesto C. (1995, 19 de Dezembro). 'Um desafio para o Séc. XXI: A reforma interdisciplinar nos problemas ambientais'. In *Jornal Povo da Beira* (Castelo Branco), pp. 26.
- Martins, Ernesto C. (1997). 'A dimensão Axiológica da educação ambiental'. In M. Ferreira Patrício (org.), *A Escola Cultural e os Valores*, (pp. 535-555). Porto: Porto Editora.
- Ortega, P.; Mínguez, R. y Gil, R. (1996). *Valores y educación*. Barcelona: Ariel.
- Parício, M. Ferreira (1993). *Lições de axiologia educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Peters, R. S. (1966). *Ethics and Education*. London: Allen & Unwin.
- Ricoeur, P. (1990). 'Étique et morale'. In *Revista Portuguesa de Filosofia*, 55 (Jan./Março), pp. 5-17.
- Savater, F. (1991). *Ética para Amador*. Barcelona: Ariel.
- Singer, P. (1979). *Practical Ethics*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Sosa, N. M. (1985). 'Ética y Ecología: Notas para una moral del medio ambiente'. In *Cuadernos de Realidades Sociales*, 25, pp. 5-24.
- Sosa, N. M. (1990). *Ética Ecológica*. Madrid: Libertarias (Col. Universidad).
- Strike, K. A. & EGAN, K. (1977). *Ethics and Educational Policy*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Taylor, P. (1981). 'The ethics of respect for nature'. In *Environmental Ethics*, 3, pp. 197-218.
- Turner, F. (1989). 'Em busca de uma ética ambiental?'. In *Revista Diálogo*, Vol. 22, n.º 2.
- Unesco (1992). *Guía para la enseñanza de valores ambientales*. Madrid: La Catarata.